

SUSTENTABILIDADE

O atributo tangível

José Carlos Pedreira de Freitas *

A importância crescente da sustentabilidade do agronegócio passa pela sua maior participação no comércio internacional. Nesse sentido, a ética e a responsabilidade social mostram não se tratar de modismo ou oportunismo. São um diferencial capaz de conferir vantagens competitivas re-

deias produtivas que compõem o agronegócio.

Assim, se aprofunda a discussão da sustentabilidade sócio-ambiental como ferramenta de redução de riscos e agregação de valor. Uma questão relevante sob a ótica de empresas e processos relativos aos agronegócios.

para aferir e identificar a ocorrência dos atributos nos contextos social, ambiental e econômico, no âmbito de toda a cadeia produtiva.

Se os atributos de sustentabilidade resultam em agregação de valor, se identificados e medidos, devem também ter reconhecimento geral para incorporar credibilidade e expressão econômica.

Há uma enorme variação na escolha dos indicadores, de acordo com as ênfases e os objetivos de cada aplicador. O resultado é uma avaliação que serve apenas a determinado grupo de interesses ou objetivos, sem permitir sua "generalização" e a conseqüente expressão universal de valor.

Muitas vezes, a ênfase atribuída por determinado setor a qualquer um dos componentes (social, ambiental e econômico) resulta de pressões externas. Sem uma visão integrada da sustentabilidade, ocorre desequilíbrio na escolha desses indicadores, com distorção na análise final.

Elaborados a partir da utilização de indicadores e metodologias próprios, não reconhecidos universalmente, são freqüentes os esforços desperdiçados por empresas ou setores econômicos na divulgação de "relatórios de sustentabilidade". Isso desacredita as qualidades alardeadas e, como consequência, não agrega valor ao produto e não incorpora tais atributos ao ativo tangível das organizações.

Apesar de serem voluntários e terem muitas alternativas, as diretrizes adotadas e os respectivos indicadores devem assegurar rigor na aplicação, credibilidade, com-



ais, num mercado cada vez mais concorrido e globalizado.

Hoje, a chamada Eco-economia procura demonstrar as limitações dos mecanismos de mercado para evitar, sozinha, os males do crescimento econômico desigual e as consequências daí resultantes. Procura-se discutir os atributos de sustentabilidade emanados do chamado Triple Bottom Line, em seus componentes ambiental, social e econômico, levando-os ao contexto das chamadas ca-

O conceito de Altieri (1983) sobre Sustentabilidade Agrícola: "a capacidade de um agroecossistema de manter a produção ao longo do tempo, na presença de repetidas restrições ecológicas e pressões sócio-econômicas", conduz à identificação e medição dos atributos de sustentabilidade em cada um dos três campos do Triple Bottom Line (pessoas, meio ambiente e produtividade do capital).

Apesar da falta de informação na sua escolha, existem "indicadores"

parabilidade, periodicidade e legitimidade das informações contidas nos relatórios.

Apenas para ilustrar, dentre as disponíveis com padrão internacional, vale lembrar a AA 1000/AA, desenvolvida pelo ISEA - Institute of Social and Ethical Accountability; a SA 8000, mais conhecida entre nós; e a Global Reporting Initiative - GRI, esta última, de caráter mais abrangente e reconhecida como a única aceita internacionalmente para o padrão de relatórios de sustentabilidade.

Com padrões nacionais, mas a guardar certa correspondência com os padrões internacionais, vale destacar os Indicadores e Guia para Relatório Social do Instituto Ethos, e o Balanço Social do Ibase, lançado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em junho de 1997.

Utilizadas de maneira voluntária por empresas ou instituições que desejam elaborar relatórios acerca das dimensões econômica, social e ambiental de seus processos, produtos e serviços, tais diretrizes, por sua universalidade, conseguem expressar valores entendidos e reconhecidos em qualquer ambiente ou contexto.

Somente a adequada escolha da metodologia será capaz de assegurar a utilização de indicadores corretos, capazes de expressar e medir a presença dos atributos de sustentabilidade nos três contextos e serem reconhecidos como tal.

Agrega-se a isso a necessária validação dos resultados alcançados, realizada por terceiros de competências especiais, e o reconhecimento interno e externo, em geral, detentores de credenciais específicas.

São tais cuidados que permitirão tornar tangíveis estes atributos, incorporando efetivamente aos ativos todo o investimento realizado na adoção e prática dos conceitos de sustentabilidade pelas empresas, com expressivos ganhos aos acionistas, *stakeholders* e toda a sociedade.

* Engenheiro Agrônomo, especialista em administração rural

Kyoto: acordo pós-2012

A 11ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 11), realizada durante dezembro último, em Montreal, no Canadá, terminou com um acordo para iniciar negociações sobre alterações no clima quando acabar a primeira fase do Protocolo de Kyoto, em 2012. Após intensas negociações, o acordo foi firmado entre as delegações européia e canadense com a representação da Rússia, contrária ao texto apresentado para o plenário da XI Conferência da ONU sobre Mudança Climática.

Embora não apresente uma visão clara de como prosseguirá o Acordo de Kyoto, ainda não ratificado pelos americanos, a cúpula também aprovou um segundo acordo para o início do diálogo entre todos os países do mundo sobre formas de cooperação de longo prazo na luta contra o aquecimento global. Com isso, se ampliou o horizonte para novos investimentos no combate às emissões de gases de efeito estufa nos países emergentes.

Mesmo sem atribuir metas para o Acordo, o Brasil, junto com as nações do G-77 (grupo de países em desenvolvimento), lograram emplacar uma proposta para a criação de incentivos no combate às emissões. O texto convoca todos os países-membros da Convenção do Clima a apresentarem sugestões, em 2006, de como países desenvolvidos contribuiriam financeiramente para combater o desmatamento de florestas tropicais nos países pobres.

Esse caminho influirá diretamente no combate ao desmatamento da Amazônia, hoje, a principal causa de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Programas como o Proálcool e o Biodiesel poderiam receber ajuda estrangeira. O sistema energético chinês, poluidor e sem incentivos para melhorar, poderia passar por radical transformação.

CRÉDITOS DE CARBONO

A posição dos países em desenvolvimento é de discutir esta proposta na Convenção do Clima, no fórum permanente das Nações Unidas, integrado por países não signatários do Protocolo, como os Estados Unidos e a Austrália. Esta alternativa traz a vantagem de as ajudas financeiras começarem imediatamente, sem esperar por um acordo sobre o futuro de Kyoto, que termina em 2012.

As reduções de emissões de gases de efeito estufa não se transformarão em certificados de redução (os chamados "créditos de carbono") para os países ricos.

Como gostaria de ver os chineses assumindo metas concretas dentro do acordo de Kyoto, o Japão deve dificultar que os instrumentos de ajuda avancem. A China é o maior emissor de gases de efeito estufa, depois dos Estados Unidos, que defendem ações voluntárias, em ajuda direta a programas nacionais, e não por meio de metas, como no tratado.

Sob o argumento de que teria de iniciar conversações formais para estabelecer reduções obrigatórias de gases de efeito estufa, similares às que são submetidas aos Estados Unidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, também rejeitaram o segundo acordo. União Européia, Canadá, Japão e os países em desenvolvimento exerceram uma intensa pressão para os norte-americanos modificarem sua posição e aceitarem um acordo sobre a base do diálogo.

Os governos concordam que Kyoto é o primeiro passo nessa direção, porém, insuficiente para contornar as mudanças climáticas provocadas pela ação do homem. Por isso, metas ambiciosas, além de uma participação efetiva de países em desenvolvimento e dos americanos, são caminhos essenciais. O debate avançou entre países pobres, como o Brasil, e exportadores de petróleo. Não com os Estados Unidos, contrários à proposta canadense de estabelecer uma data para acordar ações pós-2012, um mecanismo similar ao que levou ao próprio Protocolo, criado em 1997 após dois anos de negociações oficiais.

